

11 de dezembro de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



FIM DA LEI KANDIR PODE PESAR EM R\$ 7 BI NO CAIXA DAS MINERADORAS

Dentro dos setor mineral, o segmento de bauxita e seus agregados pode ser um dos mais afetados com a volta do ICMS

O setor mineral pode, no apagar das luzes, ver aprovado o fim da “Lei Kandir” e a possibilidade do retorno da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Está para ser votado no plenário do Senado a proposta de emenda constitucional (PEC-42) que prevê essa cobrança.

O impacto estimado com essa nova taxa no setor mineral, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, é de US\$ 7 bilhões, considerando uma alíquota de 13%.

Para o presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, essa discussão sobre o fim da Lei Kandir tem que ser discutida dentro de um pacto federativo e não de forma isolada. “Essa questão tem que ser discutida dentro da reforma tributária, de um pacto federativo. Sabemos que os estados esperam receber essa receita, mas não pode ser dessa forma”, disse Brumer.

O Ibram, inclusive, prepara um estudo - elaborado por uma consultoria internacional - para mostrar quanto o setor de mineração paga de tributos no país, que para muitos é somente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Este ano as empresas do setor devem pagar R\$ 4,4 bilhões somente nesse tributo. Em 2017, esse valor foi de R\$1,8 bilhão.

Dentro do setor de mineração, um segmento que pode ser mais afetado é o de bauxita e seus derivados. O presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) Milton Rego, disse que, somente com essa cobrança do ICMS sobre as exportações, o custo nas operações de mineração de bauxita e na sua transformação em alumina, seria em torno de US\$ 440 milhões, o que inviabilizaria boa parte das atividades no Brasil.

“As empresas não conseguirão repassar esse aumento das despesas. É custo na veia. E, não tenho a menor dúvida de que fábricas serão fechadas no Brasil. Assim como perdemos 60% da capacidade de produção de alumínio primário, com a alta do custo de energia, o mesmo acontecerá com o beneficiamento da bauxita, muitas indústrias serão fechadas.”

Segundo ele, a alumina, principal produto da pauta de exportações da cadeia do alumínio, é uma commodity e o preço internacional desse produto é até sete vezes superior ao valor da bauxita. O país exporta 6,2 mil de toneladas entre alumina e bauxita, sendo que 91% é de alumina. "Muitas empresas que atuam no país já estão revendo planos de investimentos futuros em suas operações."

O dirigente disse ainda que impostos de exportação são utilizados com propósitos extrafiscais - para controlar a oferta interna, por exemplo - ou com fins arrecadatórios, mas somente para aqueles produtos cujos preços no mercado internacional o país consegue determinar. "Portanto, o Brasil é um tomador de preço. O volume é muito baixo para influenciar o preço internacional, por isso, todo o custo será interiorizado pelas empresas que operam no país. É matemático."

Fonte: Valor

Autor: Ana Paula Machado

Data: 09/12/2019



ALVO DO GOVERNO, MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL É PROIBIDA HOJE EM 40% DO TERRITÓRIO

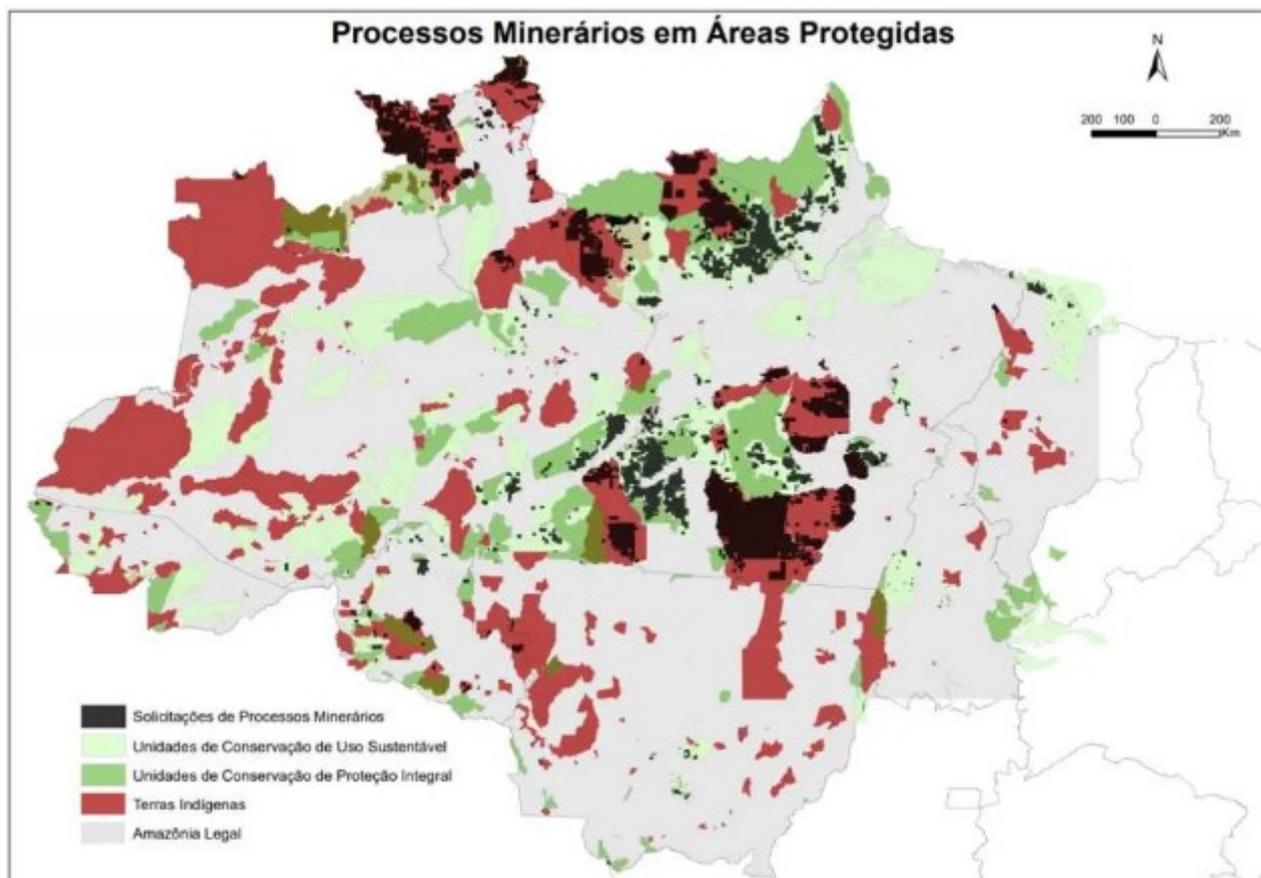
Dos 521 milhões de hectares que compõem toda a Amazônia Legal, 94 milhões de hectares são áreas de proteção integral, um território equivalente a duas vezes o Estado de Minas Gerais

A liberação da mineração na Amazônia Legal, discussão que se dá há meses pelo governo por determinação do presidente Jair Bolsonaro, atingiria diretamente 40% da região, onde estão as florestas de proteção integral e as terras indígenas. Hoje, nesses territórios, é proibido a exploração da mineração, como o garimpo.

Dos 521 milhões de hectares que compõem toda a Amazônia Legal, 94 milhões de hectares são áreas de proteção integral, um território equivalente a duas vezes o Estado de Minas Gerais e que corresponde a 18% de toda a área. Outros 115 milhões de hectares são terras indígenas já demarcadas, o que corresponde a 22% de toda a região.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já anunciou que está em análise na Casa Civil a proposta do governo federal para regulamentar atividades econômicas, como mineração e agricultura, em terras indígenas.

A análise, feita a pedido do Estado pela consultoria Jazida, se baseia em dados oficiais do governo e atualizados até outubro. O levantamento se baseou na área da chamada Amazônia Legal, que abrange nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do Maranhão. Confira o mapa:



A restrição legal, porém, não inibe as empresas de registrarem oficialmente quais são as suas áreas de interesse. Hoje há 353 pedidos ativos para pesquisa ou exploração mineral dentro das delimitações de florestas com proteção integral. Juntos, esses processos englobam uma área de 797 mil hectares, o equivalente a 0,85% das unidades protegidas.

O interesse se intensifica sobre as terras indígenas. Existem hoje 3.212 processos ativos de atividades minerais previstas dentro das terras indígenas da Amazônia Legal. Esses pedidos envolvem uma área total de 24 milhões de hectares, o equivalente a 21% de todo o território indígena da Amazônia Legal.

Quando se contrapõem as áreas de interesse mineral com o mapa das florestas protegidas e áreas indígenas, nota-se que grande parte do interesse exploratório se concentra nos Estados do Pará, Amapá e Roraima. O Estado do Amazonas, maior da região, passa longe dos interesses minerários quando o tema em questão são os metais nobres.

Os dados compilados pela consultoria Jazida também revelam que, nas unidades de conservação classificadas como de “uso sustentável” – onde é possível realizar atividades de mineração, desde que a área tenha plano de manejo, um estudo que diz onde e o que pode ser explorado – estão concentrados 11.194 processos de exploração mineral ativos. O problema é que a maior parte dessas florestas de uso sustentável não possui seu plano de manejo. Dentro da Amazônia Legal há 79 milhões de hectares de áreas de uso sustentável, o equivalente a 14% de toda a região.

Se somados todos os pedidos de pesquisa e exploração mineral em terras indígenas, florestas de proteção integral e aquelas de uso sustentável, chega-se a um total de 14.759 processos minerais ativos. A área total que é alvo desses pedidos chega a 37.797 milhões de hectares, 7% de todo o território protegido da Amazônia Legal.

Vale domina

Os garimpos ilegais que surgem na Amazônia não são os únicos interessados em extrair ouro do subsolo de terras indígenas demarcadas, atividade que é proibida por lei. Centenas de empresas do setor mineral, nacionais e estrangeiras, são donas de nada menos que 3.212 projetos para estudos e exploração mineral dentro dessas áreas demarcadas. Cada um desses projetos está em análise na Agência Nacional de Mineração (ANM), para que seja autorizado ou rejeitado.

A Vale, tradicionalmente reconhecida pelos empreendimentos ligados à extração de ferro, é uma das maiores interessadas em explorar ouro dentro das terras indígenas. A mineradora brasileira possui 76 processos minerários ativos para exploração de ouro na Amazônia Legal, se contabilizados apenas aqueles que têm inferência direta em terras demarcadas.

A informação foi confirmada ao Estado pela própria mineradora. A Vale declarou que se trata de “processos minerários ativos”, mas que “não realiza qualquer atividade de estudo de pesquisa ou lavra de qualquer natureza nestas áreas”. A mineradora afirmou que “segue rigorosamente a lei que rege o aproveitamento dos recursos minerais no país”.

Na prática, o que existe hoje dentro da Agência Nacional de Mineração (ANM) é uma pilha de projetos ativos para exploração de ouro em terras indígenas. Grandes empresas, como a Vale, aguardam mudanças na lei para que possam entrar nos territórios demarcados.

O presidente Jair Bolsonaro já disse reiteradas vezes que vai abrir essas áreas para exploração mineral. No mês passado, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o governo está em fase final de elaboração da proposta que regulamenta o garimpo no País, inclusive dentro de terras indígenas. O tema é controverso e, a rigor, tem que passar pelo crivo do Congresso Nacional, porque se trata de alterar itens da Constituição.

Dentro do banco de dados da Agência Nacional de Mineração, o número total de processos ativos da Vale para exploração de minerais nobres somam mais de 200 registros na chamada Amazônia Legal, área que engloba nove Estados do Brasil pertencentes à bacia Amazônica. A mineradora, no entanto, afirma que, em vários casos, já desistiu ou repassou parte desses projetos para outros titulares, mas a agência ainda não concluiu esses trâmites em seu banco de dados.

A reportagem questionou a ANM sobre as razões de a agência aceitar pedidos de exploração de ouro em terras indígenas que já foram demarcadas, situação completamente irregular. O órgão também foi perguntado sobre a razão de não cancelar esses processos.

Por meio de sua assessoria, a agência vinculada ao MME informou que o fato de receber um processo de uma empresa não significa que ele será aprovado. A ANM declarou também que tem suspenso a liberação de títulos nestas áreas, mesmo em fases iniciais do processo de demarcação da terra, o que é feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Fonte: Estadão

Autor: André Borges

Data: 06/12/2019

PROJETO INSTITUI NOTA FISCAL E GUIA ELETRÔNICAS PARA VENDA E TRANSPORTE DE OURO

O Projeto de Lei 5131/19 propõe alterações em diversas leis para combater o garimpo ilegal de ouro no Brasil. Entre outros pontos, o texto determina que o transporte de ouro será sempre acompanhado de nota fiscal eletrônica e de guia de transporte expedida digitalmente pelo detentor da permissão da lavra (conhecida pela sigla PLG). A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Conforme o texto, a guia de transporte deverá informar a massa do ouro bruto transportado e dados sobre sua origem e destino. O documento será emitido por um sistema implantado e operado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e terá validade até a consumação da venda do mineral. Além da emissão da guia, o sistema armazenará dados sobre a produção, o fluxo, a venda e o transporte de ouro, além das notas fiscais eletrônicas das vendas do mineral.

Atualmente, a Lei 12.844/13 determina que o transporte de ouro deve ser acompanhado apenas da nota fiscal tradicional e da cópia do título autorizativo de lavra, "não se exigindo outro documento".

Controle

O deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), autor da proposta, afirma que o maior controle do transporte e comercialização do ouro extraído pode potencializar as ações de combate ao ouro ilegal. "A dificuldade na comercialização do produto de origem ilícita pode, com menores custos e impactos sociais, promover a legalização das áreas de extração, cujos proprietários, atualmente, não veem motivos para arcar com os custos dessa regularização", disse.

Ele afirma ainda que o projeto busca criar um aparato fiscalizatório semelhante ao que existe para o transporte e a comercialização de madeira nativa.

Novas funções

Pela proposta, a ANM terá competência para fiscalizar o transporte de minérios e compartilhar as informações do setor, fornecidas pelos titulares de direitos minerários, com outros agentes fiscalizadores, para auxiliar o combate às lavras ilegais.

O projeto altera ainda a Lei dos Crimes Ambientais para aumentar as penas para crimes relacionados à mineração. A proposta prevê punição -- detenção de seis meses a um ano e multa -- para quem receber ou adquirir mineral para fins comerciais ou industriais sem exigir a guia de transporte do vendedor.

O texto também regulamenta a multa diária prevista na lei para pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização. Ela não poderá ser inferior a um nem superior a dez salários mínimos. A multa é definida pelo juiz.

Tramitação

A proposta será analisada pelas comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autor: Janary Júnior

Data: 28/11/2019



LUNDIN MINING PROJETA GRANDE SALTO NA PRODUÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS

A Lundin Mining está projetando um grande aumento na produção em 2020, com crescimento estimado no volume de cobre em 20%, de zinco em 15% e de níquel em mais de 25%

Além disso, a mineradora também anunciou um aumento "antecipado" de 33% no dividendo trimestral e na renovação de sua oferta normal de emissões, "ambas aguardando aprovações finais".

Um dos motivos para a previsão de aumento na faixa de meta da produção de cobre em 2020 de 272 mil t para 296 mil t, é a inclusão da mina de ouro e cobre Chapada, em Goiás, adquirida pela Lundin este ano. Conforme NI 43-101 apresentado pela companhia, a previsão é de uma produção anual entre 51.mil e 56.mil t nos próximos três anos, com base na taxa atual de produção de 24 Mtpa.

Já a produção de ouro da operação deve ficar entre 70 mil e 95 mil oz nos próximos três anos. "As perspectivas de três anos melhoraram principalmente com a inclusão da mina de cobre/ouro da Chapada, bem como no refinamento do perfil de produção da Candelaria", afirmou a empresa.

O aumento na produção de cobre, de acordo com a Lundin, também será apoiado por "melhoria do teor" em Candelaria, no Chile, "à medida em que os benefícios das iniciativas de reinvestimento realizadas nos últimos dois anos forem alcançados". A previsão é de que a operação produza uma média de aproximadamente 180 mil toneladas por ano.

A faixa de meta da produção total de cobre da Lundin para 2021 passou de 294 mil t para 318 mil t e a de 2022, de 292 mil t para 316 mil t. Além de Chapada e Candelaria, a Lundin também prevê aumentos de produção nas minas Eagle, nos EUA, Neves-Corvo, em Portugal, e Zinkgruvan, na Suécia.

No caso do zinco, a estimativa da Lundin é de que a produção aumente para uma faixa de 172 mil a 187 mil t, subindo mais 30% em 2021, quando o projeto de expansão de zinco (ZEP, ou Zinc Expansion Project) Neves-Corvo entrar em operação. De acordo com a empresa, o projeto terá aumento progressivo em 2020, elevando a produção de zinco da operação de 95 mil para 105 mil t naquele ano, para 155 mil t para 160 mil t em 2021 e 2022.

Em relação à produção de níquel, a Lundin estima aumento de 25% em 2020, em comparação a 2019, passando para uma faixa de meta de 15 mil t a 18 mil t com o volume nesse nível pelo período de três anos, "já que o minério de alto teor da Eagle East contribui para a alimentação da usina", segundo a empresa.

Fonte: Notícias de Mineração

Data:27/11/2019



NIÓBIO - A DESCOBERTA DE NOVAS TECNOLOGIAS PODE AMPLIAR AS OPORTUNIDADES NO SETOR MINERAL, DIZ SECRETÁRIO EM EVENTO NO MME

"Temos nos empenhado para adotar políticas públicas que incentivem a descoberta e o incremento de novas tecnologias no setor mineral, com o objetivo de abrir novos mercados e ampliar as oportunidades", afirmou o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Alexandre Vidigal de Oliveira,

na abertura do evento “Aplicação do nióbio no aço e o futuro da infraestrutura no Brasil”, ocorrido hoje, 22, no Ministério de Minas e Energia (MME).

Em sua fala de abertura, Alexandre Vidigal explicou as ações que estão sendo realizadas na Secretaria para implementar políticas públicas mais eficientes com vistas a impulsionar a mineração, e destacou a recente contratação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para mapear e apresentar um diagnóstico do setor mineral, como de suma importância para a realização dessas ações. “Há a necessidade de um estudo específico para que os dados e as informações sejam trabalhados, e para que a mineração seja inserida em análises mais aprofundadas do Estado quanto à sua capacidade econômica”, finalizou.

O seminário é o segundo evento realizado para a troca de conhecimentos relativos à diversificação da aplicação do nióbio na infraestrutura, em tecnologias, entre outros. A intenção é fomentar resoluções para o setor de infraestrutura que permitam avançar com a construção em aço, para tornar o Brasil mais competitivo e demonstrar as inúmeras vantagens do uso do aço na construção civil, especificamente em obras de infraestrutura, sob aspectos que envolvem prazo, custo e meio ambiente. A programação abordou a capacidade técnica e produtiva da indústria brasileira do aço e dos fabricantes de estruturas metálicas.

O evento foi uma parceria do MME com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Instituto Aço Brasil, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), Associação Nacional de Analistas e Especialistas de Infraestrutura (ANEInfra) e da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM).

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 22/11/2019



VALE ESTIMA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE ATÉ 355 MILHÕES DE TONELADAS EM 2020

Para 2021, mineradora espera ampliar a produção para até 395 milhões de toneladas

A Vale espera que a produção de minério de ferro fique entre 340 milhões de toneladas e 355 milhões de toneladas em 2020. Para o ano seguinte, a expectativa é que a produção aumente para a faixa de 375 milhões de toneladas a 395 milhões de toneladas.

A companhia atualizou nesta segunda-feira suas projeções em evento para investidores em Nova York. Os números também foram divulgados em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conforme as estimativas da mineradora, a produção do minério ficará entre 390 milhões de toneladas e 400 milhões de toneladas nos anos de 2022 e 2023.

Com isso, a Vale volta a ter uma meta de produção de minério de ferro. Depois do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a empresa passou a trabalhar somente com uma meta de vendas. As vendas previstas para 2019 se situam entre 307 milhões e 312 milhões de toneladas.

Presente ao encontro em Nova York, o diretor-executivo de ferrosos da Vale, Marcelo Spinelli, afirmou que reduzir o risco no minério de ferro significa retomar volumes de produção.

Nesse sentido, lembrou que, das 40 milhões de toneladas de produção de minério de ferro que estão paradas em consequência do rompimento da barragem em Brumadinho, 15 milhões de toneladas têm retorno previsto para 2020, enquanto as outras 25 milhões de toneladas voltarão a ser produzidas em 2021.

Depois do acidente em Brumadinho, a Vale chegou a ter um corte de 90 milhões de toneladas na produção de minério de ferro, das quais 50 milhões de toneladas voltaram.

Nesta segunda-feira, durante a apresentação dos executivos em Nova York, a Vale informou ao mercado a suspensão, de forma temporária, da disposição de rejeitos na barragem Laranjeiras, advindos da mina de Brucutu, em Minas Gerais.

No comunicado enviado ao mercado, a mineradora ressaltou que a suspensão acontece enquanto fará avaliações sobre as características geotécnicas da barragem e frisou que a suspensão não altera as projeções de venda de minério de ferro e pelotas em 2019, embora ressalte que no primeiro trimestre do ano que vem a expectativa é de que a produção e as vendas fiquem entre 68 milhões e 73 milhões de toneladas, “em função da sazonalidade, do retorno gradual e seguro das operações”.

No caso do cobre, a Vale estima que a produção chegue a 400 mil toneladas em 2020, aumentando para 430 mil toneladas em 2021, 460 mil toneladas em 2022 e 480 mil toneladas em 2023.

Em relação ao níquel, a expectativa da Vale é que a produção fique em 240 mil toneladas após melhorias nas operações do Atlântico Norte e a retomada do segundo forno de Onça Puma. A produção também poderá chegar a 360 mil toneladas no caso de haver expansão de 10 mil toneladas em Sorowako e 110 mil toneladas nos projetos Bahodopi e Pomalaa, segundo a companhia.

Fonte: Valor

Autores: Francisco Góes, Rafael Rosas e Rita Azevedo

Data: 02/12/2019



ACORDO PARA RETOMADA DA MINERAÇÃO NO AP PREVÊ R\$ 10 MILHÕES PARA QUITAÇÃO DE DÍVIDAS

Valor depositado por grupo de empresas será para quitar parte das dívidas pendentes com funcionários desde a interrupção das atividades em 2013

A assinatura de um termo entre o governo estadual e multinacionais dá início ao processo de retomada da exploração de minério de ferro no Amapá, interrompida desde 2013. Um grupo de 3 empresas interessadas em executar a atividade deve, inicialmente, aplicar para a quitação de dívidas com funcionários cerca de 2,5 milhões dos 200 milhões de dólares previstos no plano de recuperação.

Convertido em reais, o valor para pagar as pendências gira em torno de R\$ 10 milhões. A assinatura do acordo, feita na terça-feira (3), dá condições, segundo o governo, para a liberação do recurso, destinado principalmente aos trabalhadores que até hoje não receberam.

Além do termo, foi anulada também a caducidade da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), que liga as regiões de exploração – os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca – ao porto de exportação, que ficava em Santana e que será recuperado para escoamento da produção.

O plano de recuperação especifica também a revitalização da ferrovia, que sofre com depredações e furtos, e a recuperação da mina de extração. A aplicação dos recursos ficará a cargo do grupo Pedra Branca Alliance PTE Ltda, formado pelas mineradoras Cadence Minerals PLC, IndoSino PTE Ltda e DEV Mineração.

Após a assinatura do acordo, representante do grupo informou ao governo que o depósito de 2,5 milhões de dólares foi feito e que todas as dívidas serão pagas em até 7 anos.

Foi previsto também que o retorno da atividade até 2021, além do impacto na economia, deve gerar cerca de 8 mil empregos, divididos em 2 mil diretos e 6 mil indiretos.

Mineração de ferro no Amapá

A história da exploração do minério de ferro no Amapá começou com a Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), na década de 1950. O projeto foi vendido pra MMX de Eike Batista, depois Anglo Ferrous e por último a Zamin, quando foi interrompido.

O projeto de mineração chamado “Sistema Amapá”, sob o comando da Zamin já foi responsável pela maior parte do PIB amapaense, representando 31,88% de toda a riqueza produzida no estado.

A maior renda per capita do estado era em Pedra Branca do Amapari, onde ficava baseado o projeto. O município, que fica a 183 quilômetros da capital, tinha a presença de 93 empresas na região e a geração de mais de 15 mil empregos diretos e indiretos.

O colapso veio quando o porto desabou em março de 2013, o mercado entrou em queda e a estrada de ferro foi desativada.

Fonte: G1

Data: 04/12/2019



REJEITO A SECO VAI TER INVESTIMENTO DE US\$ 1,8 BILHÃO

O aporte da companhia vem em linha com a intenção de desenvolver alternativas seguras e sustentáveis para as barragens de rejeitos

A Vale segue em busca de alternativas para reduzir o uso de barragens em suas operações de minério de ferro. Ontem, entre as diversas metas anunciadas pela companhia em Nova York durante o Vale Day, o diretor-executivo de Ferrosos da empresa, Marcelo Spinelli, anunciou investimento de US\$ 1,8 bilhão entre 2020 e 2024 para fazer o empilhamento a seco do minério de ferro. A técnica separa a água e empilha apenas os rejeitos sólidos.

O aporte da companhia vem em linha com a intenção novamente manifestada pelo seu presidente, Eduardo Bartolomeo, de desenvolver alternativas seguras e sustentáveis para as barragens de rejeitos, que estão sob forte escrutínio da sociedade e da própria empresa depois do rompimento ocorrido em Brumadinho, que vitimou 270 pessoas, sendo 256 mortos e 14 desaparecidos. “Devemos ir além e construir uma Vale melhor”, disse Bartolomeo aos investidores ontem em Nova York.

Para tanto, a empresa vai investir US\$ 5 bilhões em 2020 e outros US\$ 5 bilhões em 2021. A cada ano, US\$ 4,1 bilhões serão de investimento corrente, que inclui reposição, enquanto o restante será para a execução de projetos. Aos investidores e analistas de mercado, ela voltou a apresentar metas de produção. Neste ano, devido a Brumadinho, trabalhou apenas com projeções de vendas, uma vez que paradas em operações de Minas Gerais chegaram a tirar produção anualizada de 90 milhões de toneladas de minério. Hoje, ainda são 40 milhões de toneladas anualizadas que não retornaram. A expectativa é que neste ano as vendas de minério fiquem entre 307 milhões e 312 milhões de toneladas.

Para o ano que vem, a empresa espera produzir entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas, volume que subirá para entre 375 milhões e 395 milhões no ano seguinte. Em 2022 e 2023, a expectativa é de uma produção anual entre 390 milhões e 400 milhões de toneladas. Para Spinelli, reduzir o risco nas operações de minério de ferro significará retornar mais rapidamente com os volumes atualmente fora de operação. Das 40 milhões de toneladas paradas, 15 milhões devem voltar ano que vem e 25 milhões em 2021.

Para o primeiro trimestre do ano que vem a expectativa da companhia é que a produção e as vendas oscilem entre 68 milhões e 73 milhões de toneladas, em função da sazonalidade e do retorno gradual e seguro das operações.

A Vale anunciou projeções para o “*break even*” do minério de ferro de forma a que as operações não percam dinheiro. Spinelli acredita que nos próximos anos esse patamar de tranquilidade seja entre US\$ 28 e US\$ 30 por tonelada para a empresa - neste ano deve ficar em US\$ 37 por tonelada

A companhia estimou ainda que a sua produção de cobre chegue a 400 mil toneladas em 2020, suba para 430 mil toneladas em 2021, 460 mil toneladas em 2022 e 480 mil toneladas em 2023. Em relação ao níquel, a expectativa da Vale é que a produção fique em 240 mil toneladas após melhorias nas operações do Atlântico Norte e a retomada do segundo forno de Onça Puma. O volume pode chegar a 360 mil toneladas em caso de expansão de 10 mil toneladas em Sorowako e 110 mil toneladas nos projetos Bahodopi e Pomalaa.

Os executivos da companhia também responderam sobre os próximos passos envolvendo a operação de níquel da Vale Nova Caledônia (VNC). O diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da mineradora, Luciano Siani Pires, destacou que a decisão final sobre a VNC será tomada em 2020. Atualmente, a empresa analisa encontrar um interessado para a VNC, tarefa para a qual já contratou banco. Uma alternativa seria encontrar interessados em um produto intermediário que a VNC faz, o sulfato de níquel.

Ainda dentro das projeções para os próximos anos, a companhia indicou que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) fique entre US\$ 15,5 bilhões e US\$ 23,5 bilhões em 2022, dependendo de fatores como a média anual do preço do minério e do níquel e a taxa de câmbio. Em relação ao fluxo de caixa livre de 2022, a expectativa é de um patamar entre US\$ 7 bilhões e US\$ 14 bilhões e que o fluxo de caixa livre acumulado de 2020 a 2022 fique entre US\$ 17 bilhões e US\$ 36 bilhões.

Também foram feitas estimativas de desembolso para as compensações e despesas pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Em 2019, o valor oscilará de US\$ 1,65 bilhão e US\$ 1,85 bilhão, passando para algo entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões no ano que vem. Segundo a Vale, os desembolsos ficam entre US\$ 1,4 bilhão e US\$ 1,9 bilhão em 2021 e entre US\$ 750 milhões e US\$ 1,25 bilhão em 2022. De 2023 a 2031, os gastos somam US\$ 8 bilhões.

Fonte: Valor

Autores: Rafael Rosas e Francisco Góes

Data: 03/12/2019

PROJETO DE MAPEAMENTO MINERAL PODE CUSTAR ATÉ R\$8 MI

Se aprovado, CPRM pretende entregar o resultado em até dois anos e meio

O projeto Norte-Roraima, que pretende realizar ações voltadas para o estudo, identificação e mapeamento de áreas minerais em todo o estado, pode custar de R\$ 4 mi a R\$ 8 mi com duração de até dois anos e meio, de acordo com a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM). A apresentação da proposta ocorreu na manhã desta quarta-feira, 27, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima).

Conforme o diretor de Geologia e Recursos Minerais da CRPM, José Leonardo Andriotti, a expectativa é definir quais são as áreas de maior potencialidade mineral no Estado. Para isso, serão elaborados os mapas geológicos, geoquímicos e os aerolevantamentos geofísicos. Por meio deste tripé, haverá o cruzamento de informações para demarcar com maior precisão áreas favoráveis para recursos minerais.

“A gente já sabe da existência de ouro, diamante, de vanádio, de terras raras, de argilas, cobre, mas a gente quer fazer o estudo mais completo possível, provendo o Estado dessa informação. O que isso resultaria? A atração de investidores do setor mineral também”, afirmou.

Roraima é o único estado da federação que não possui um mapa geológico. Há cerca de 40 anos, antes das demarcações das terras indígenas, a CRPM chegou a visitar diversas localidades em Roraima. Porém, hoje, o Governo Federal deverá permitir oficialmente a entrada das equipes nessas terras.

“Tivemos acesso a algumas áreas anos atrás, só que não conseguimos completar, em alguns casos, e em outros não conseguimos voltar, porque foram criadas reservas indígenas e de proteção. Então nós ficamos no aguardo de uma liberação. Mas agora que esse assunto avançou na comunidade, esse trabalho irá começar em parceria com o governo do estado”, disse Andriotti.

A exploração mineral em terras indígenas de Roraima ganhou destaque neste ano, após a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República. Acreditando que o Estado possui potencial econômico baseado na mineração, ele chegou a classificar o Estado como a “menina dos olhos” de seu governo.

O geólogo Salomão Cruz, que tem mais de 40 anos de experiência na área, acredita que 90% do potencial mineral de Roraima está localizado em áreas indígenas, que deveriam ter sido mapeadas antes das demarcações.

“É inadmissível que você demarque área indígena sem saber qual o potencial do subsolo. Para mim, toda área indígena, antes de ser demarcada, ela tem que ser mapeada. Quando demarcada a terra indígena, o que não tem feito até então, nós deveríamos ter um trabalho feito de mapeamento básico pra conhecer o subsolo”, afirma.

Cruz destaca que a exploração em área indígena nunca foi proibida, porém há critérios que devem ser obedecidos

“Se você ler o artigo 231, parágrafo 3º da Constituição Federal [que trata do reconhecimento dos índios quanto à sua organização social, costumes, línguas e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam], diz que a exploração é permitida. Mas depende do processo do requerimento enviado ao Congresso Nacional, que vai criar uma comissão, ouvir a comunidade afetada e decidir se autoriza ou não”, explica.

O geólogo confia no trabalho da CRPM, mas não acredita que a política de exploração mineral será estabelecida tão cedo. “É uma empresa séria, que trabalha com embasamento técnico. Ela jamais vai dizer que é viável, se não for. Só que o trabalho demanda tempo e com certeza não é no governo Denarium que a gente vai estabelecer uma política de exploração mineral em Roraima”, finaliza.

Fonte: Folha de Boa Vista

Autora: Vanessa Fernandes

Data: 28/11/2019



MINÉRIO DE FERRO

Exportações somam 250 milhões t

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), as exportações de minério de ferro em outubro de 2019 somaram 27,259 milhões de toneladas, um declínio sobre os 32,411 milhões de toneladas do mesmo mês de 2018. Na comparação anual do acumulado até outubro, as exportações caíram de 291 milhões de toneladas, em 2018, para 250.1 milhões de toneladas neste ano. As exportações de minério da Vale e suas coligadas somaram 25,365 milhões de toneladas em outubro de 2019. Na comparação do acumulado dos dez primeiros meses, Vale e coligadas passaram de 287,7 milhões de toneladas para 231,7 milhões de toneladas.

As vendas externas de pelotas somaram 2,498 milhões t em outubro de 2019. No acumulado até outubro, as exportações caíram de 28,229 milhões de toneladas, em 2018, para 20,301 milhões de toneladas neste ano. Já as vendas de minério de ferro no mercado nacional caíram de 2,337 milhões de toneladas em outubro de 2018 para 2,112 milhões de toneladas em outubro deste ano. No acumulado, a queda foi de 23,730 milhões de toneladas, em 2018, para 21,359 milhões de toneladas neste ano.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 04/12/2019



IBRAM COMPLETA 43 ANOS DE FUNDAÇÃO

Neste 10 de dezembro o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) completa 43 anos de fundação. No mesmo dia, o Instituto sediará a posse da diretoria do movimento Women in Mining, em Belo Horizonte, um marco do setor na inclusão das mulheres.

Recentemente, mudanças importantes foram anunciadas, entre as quais, a notícia de que o Conselho Diretor promoveu alterações no seu Estatuto e no Regimento Interno, com o objetivo de reforçar sua estrutura de governança, ampliar a participação de mineradoras em seu Conselho, bem como em novos comitês técnicos – a exemplo do de Compliance – e também em comitês setoriais relacionados às variadas substâncias minerais, a exemplo de ouro, agregados para construção civil, fertilizantes, nióbio, ferro, bauxita, cobre etc.

A criação desses comitês vai permitir a organização de debates mais aprofundados relacionados a cada tipo de minério. Estas e outras medidas irão conferir maior nível de profissionalização à gestão do Instituto e tornar sua representatividade mais democrática, abrangente e estratégica no âmbito setor mineral brasileiro.

“O IBRAM amplia sua representatividade no universo da mineração brasileira e, também, abre espaço para mais públicos se manifestarem e participarem da tomada de decisões. Vamos consolidar o Instituto como a voz do setor, desde as micro e pequenas até as médias e grandes companhias mineradoras”, diz Wilson Brumer, presidente do Conselho Diretor. Há 9.400 minas no Brasil, em operação a cargo de 7.638 empresas mineradoras, sendo 87,3% microempresas, 11,5% pequenas e médias e apenas 1,6% grandes.

Foco em segurança e relacionamento com a sociedade

O IBRAM acredita no fortalecimento da mineração brasileira, na retomada de crescimento setorial em 2020. No próximo ano, o Instituto estará focado em saúde e segurança no trabalho e em segurança operacional e, relacionado a isso, vai implantar o programa ‘TSM Brasil – rumo a mineração sustentável’, com metodologia adaptada à realidade brasileira, a partir da experiência canadense, mediante acordo entre o IBRAM e a Associação de Mineração do Canadá. Este ano o IBRAM também criou uma diretoria específica para reforçar o relacionamento com municípios mineradores e associados, além de reforçar o contato institucional com outros players a nível estadual e federal.

O Mining Hub completará seu primeiro ano em janeiro tendo despertado um horizonte de inovações tecnológicas que estão surpreendendo os mineradores de várias partes do país.

Mineração do futuro e o futuro da mineração

O IBRAM e suas mineradoras associadas estão engajados em traçar os rumos da mineração do futuro e o futuro da mineração no Brasil. Objetivo é manter sintonia para definir as bases de uma verdadeira transformação no setor, com respaldo da sociedade. Em setembro, o Instituto apresentou a “Carta de Compromisso do Instituto Brasileiro de Mineração Perante a Sociedade”, que estabelece a visão do IBRAM sobre como a indústria minerária irá construir o futuro da mineração e a mineração do futuro.

É uma declaração pública de novos propósitos voluntários para a indústria minerária, com metas mensuráveis, verificáveis, reportáveis, críveis, alcançáveis e implementáveis. Este conjunto de propostas está relacionado a 12 áreas:

Segurança operacional;
Barragens e estruturas de disposição de rejeitos;
Saúde e segurança ocupacional;
Mitigação de impactos ambientais;
Desenvolvimento local e futuro dos territórios;
Relacionamento com comunidades;
Comunicação & reputação;
Diversidade & inclusão;
Inovação;
Água;
Energia;
Gestão de resíduos.

Despedida

Este ano o IBRAM se despediu de um de seus fundadores, o Engenheiro de Minas e Metalurgista José Mendo Mizaél de Souza.

O diretor-presidente do IBRAM, Flávio Penido, enalteceu o conhecimento, a vasta experiência profissional e a liderança exercida por José Mendo, “fundamentais para o desenvolvimento da indústria minerária no Brasil. A Mineração Brasileira deve honrar à memória de José Mendo, um lutador e apaixonado pelo setor, orientador de várias gerações de profissionais que atuaram e ainda atuam nesta indústria.

Novidades

Em 2020 o Instituto prepara mais uma edição da EXPOSIBRAM, desta vez, em Belém, e mais uma edição do Congresso Internacional de Direito Minerário, em Brasília, e do Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea e a Céu Aberto (CBMINA), em Belo Horizonte.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 10/12/2019



VANÁDIO DE MARACÁS É UMA ORQUESTRA CADA VEZ MAIS AFINADA

Quem faz esse comentário é um funcionário de quase 6 anos de casa, Paulo Roberto Batista, de 50 anos, que é operador de equipamento na planta química em Maracás, BA. Paraense de Belém, casado e com filha de 15 anos, ele afirma que vivenciou uma experiência surpreendente com a cultura da empresa – e a liga dentro da equipe entre colegas.

Aponta ainda que a cultura ambiental posta em prática na região da mina e complexo industrial, em pleno sertão da Bahia, é diferenciada e “para valer”.

Outros membros da “orquestra” concordam com ele. Ítalo Costa é engenheiro de minas formado em Salvador. Com 29 anos, atua como engenheiro de processos na planta química que conhece de ponta a ponta há praticamente 6 anos. Começou como estagiário de geologia na mina – e o vanádio por suas características peculiares e o processo de produção que é única no mundo o levaram a decidir pelo trabalho em Maracás. “Conheci pessoas incríveis ali e ainda consegui ajudar a pagar a faculdade do meu irmão”, disse.

Aginaldo dos Santos Sales, engenheiro mecânico de manutenção, de 47 anos, também de Salvador, casado, está na empresa há 5 anos e 7 meses. Ele lembra que a carreira profissional dele tem “antes e depois”. Ao buscar novos horizontes ao deixar um emprego onde ficou 12 anos e permanecer inativo por 8 meses, entrou na Vanádio de Maracás S/A (VMSA) via processo seletivo. Ele brinca que “casou-se” com seu trabalho e sua esposa na mesma época.

Manoel Machado Barbosa, 54 anos, casado, com casal de filhos, é um mineiro que vive na Bahia há 10 anos. É técnico de automação que comissionou a planta desde a moagem até a planta química e acabou ficando por 6 anos. Defende que a automação de processos não tira empregos; ao contrário, facilita toda a cadeia de processos porque o operador não precisa mais ficar preocupado em “ligar ou desligar equipamentos”.

Marco Antônio Bomfim é nascido de Iramaia, na região de Maracás. Está há 7 anos e 4 meses na casa e trabalha como técnico de segurança. Começou como motorista de ambulância e com o passar do tempo, senti u que sua função “não tinha futuro”. Fez o curso de segurança com o propósito de permanecer na Vanádio e conseguiu.

Claudio Santos Alves, de Sergipe, tem 43 anos, casado com 3 filhas. É operador de equipamentos na planta há 5 anos. Ao fazer o exame de admissão, constatou-se um problema de saúde que foi tratado a tempo de ele ainda conseguir a vaga. A esposa Eloá nasceu em Maracás.

Jamille Quizia Carvalho é de Mascote, sul da Bahia. Tem 36 anos, casada, e completou 5 anos e dois meses de VMSA. Quis primeiro desbravar Salvador, onde trabalhou no Hospital de Olhos e depois numa locadora de equipamentos.

Aí a gerência de RH na Vanádio começou a montar o setor, incluindo treinamento. Ela aceitou o desafio e mais tarde implementou o conceito de “business partner” na empresa. Nessa função, conheceu diversos países. Esses testemunhos reforçam o sentimento de que os quadros da Vanádio de Maracás formam uma verdadeira orquestra, que está cada vez mais afinada. A empresa completa 5 anos de operação e concluiu a 1ª etapa de expansão, para 1.000 t/mês de pentóxido de vanádio – considerado de alta qualidade e com o 2º menor custo de produção em escala global.

Detém os direitos de pesquisa geológica numa extensão de 20 km, onde fica a cava Campbell, com vida útil estimado até 2040, mas contendo extensas continuidades de mineralização ainda a explorar. Como disse seu presidente, Paulo Misk, VMSA como 1º produtor do metal nas Américas, está bem posicionada – mesmo considerando novos cenários competitivos.

Se o uso de 1 kg de vanádio na produção de 1 tonelada de aço pode aumentar sua resistência 80%, imagine seu potencial na indústria siderúrgica – em especial nas aplicações aeroespaciais. Já estão nos planos da empresa produzir TiO₂, que hoje fica no rejeito, cuja planta piloto está em montagem, e também ferrovanádio – ambos vão agregar mais valor à produção e ampliar sua sustentabilidade.

Paulo ressalta ainda que o empreendimento da Vanádio de Maracás é um exemplo a inspirar novos projetos, porque a Largo Resources – sua controladora canadense – atraiu investimentos de fundo de pensão daquele país, que tem longa tradição em mineração e financiamento de *junior companies* através de recursos levantados na Bolsa de Valores de Toronto. A empresa brasileira ainda financiou sua dívida no mercado nacional com diversos bancos, que foi inteiramente quitada em 2019, período em que houve a alta do metal no mercado global após longa baixa.

Projetos ambientais e reuso d’água

O empreendimento da VMSA abarca uma área já degradada pela intensa atividade pecuária na região e ocupa na utilização direta 222,4 ha. Mantém uma Reserva Legal de 1.248 ha e uma área de compensação ambiental de 222,4 ha de mata nativa no bioma caatinga. Mudas nativas são produzidas no viveiro para uso no programa PRAD e com o monitoramento da flora, já é visível a expansão das áreas ocupadas pela vegetação visível onde antes era pasto ou de vegetação rala, formando corredores ecológicos que favorecem à multiplicação da flora e fauna. As atividades de preservação ambiental estimulam a biodiversidade na região.

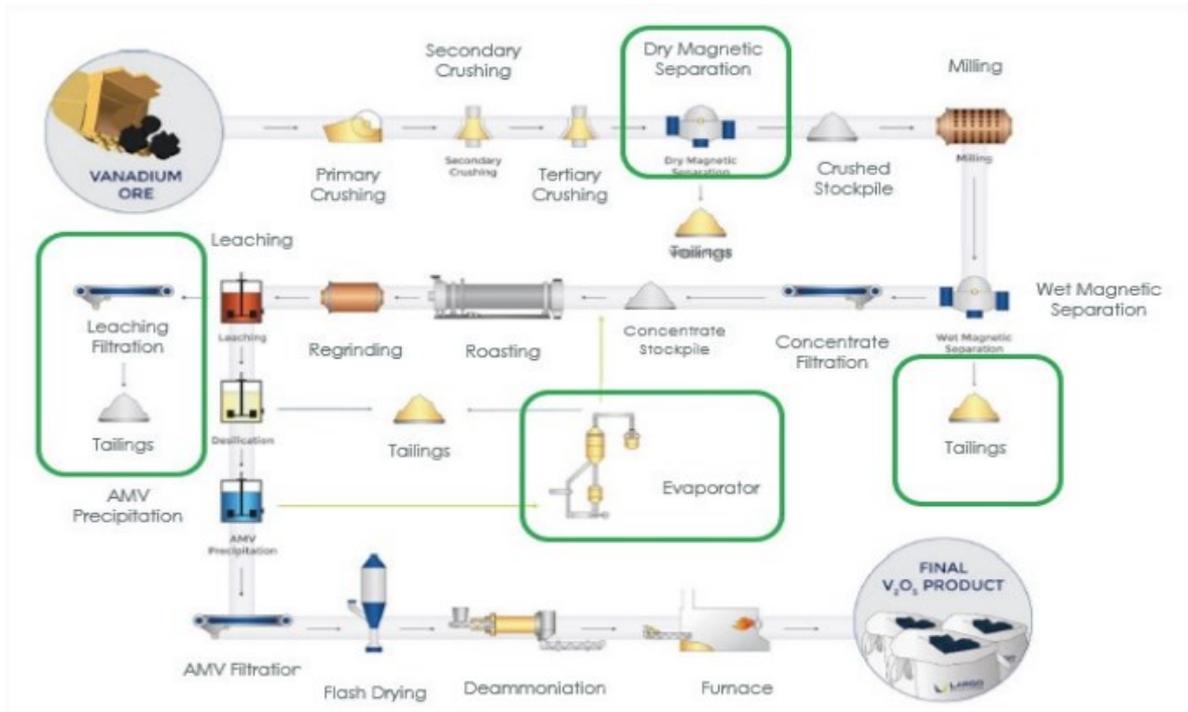
A empresa patrocinou a publicação do livro “A Fauna e Flora na área da Vanádio de Maracás” que traz as principais iniciativas efetuadas pela empresa ao implantar esse empreendimento – resgate e monitoramento de fauna e flora, espécimes encontradas e um relato das espécies representativas dessa bioma. O livro foi distribuído nas escolas, bibliotecas e órgãos públicos da região de Maracás.

No bioma caatinga, a água é certamente o recurso natural mais precioso. Segundo o diretor de produção, Álvaro Resende, no fluxograma de processos da VMSA, o reuso d’água atinge 96%, fazendo-se captação efetiva de 23 m³/h em média, frente ao consumo do processo produtivo de 585 m³/h.

O depósito em produção em Maracás é formado por minério maciço de alto teor de magnetita e poucos contaminantes, e o corpo de minério disseminado, que é heterogêneo ao extremo, com teores entre 10% a 40% de magnetita e alta percentagem de silicatos. O projeto inicial visava apenas o minério maciço e teve que ser modificado, incluindo a separação magnética a seca após a britagem, obtendo-se pré-concentrado com 45% de magnetita. Isso permitiu zero consumo d’água e disposição de rejeitos em pilhas, além de elevar a recuperação de V₂O₅ da concentração magnética a úmido, na sequência, de 48% para mais de 90%.

Na etapa de moagem e separação magnética a úmido, onde se demanda 395 m³/h de água – equivalente a 68% do consumo total da planta – recorre-se a bacias revestidas com mantas e grelha de PEAD

para o descarte de rejeito não magnético, de modo que toda a água é na prática reaproveitada no processo. O índice de reuso d'água na etapa de moagem atinge 97,5%.



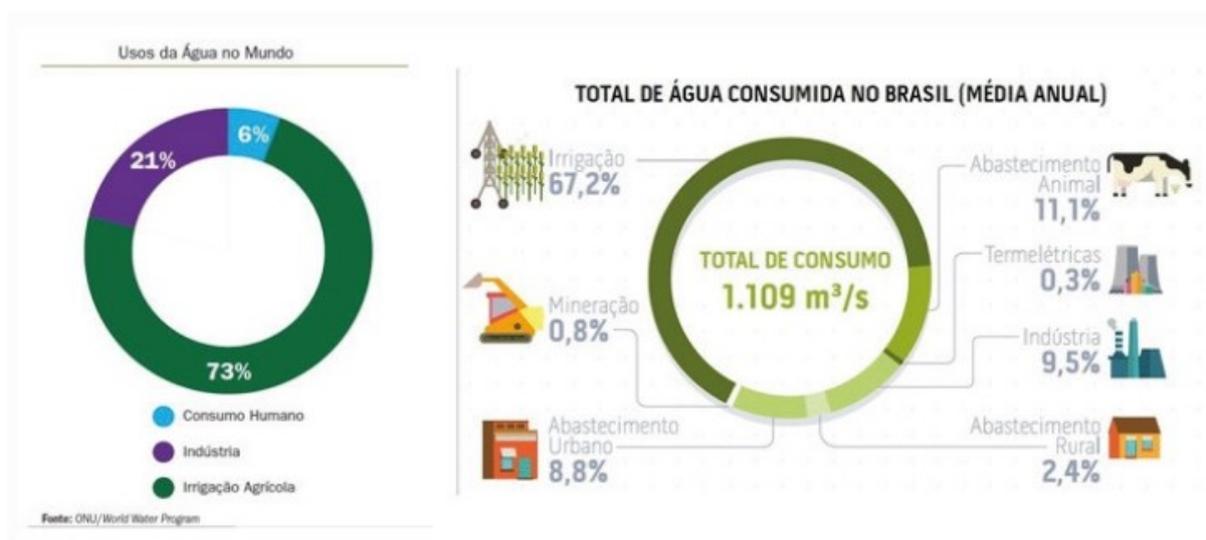
As etapas marcadas em verde são as que geram economia e reuso de água



Bacias revestidas no descarte do rejeito não magnético permitem 97,5% de reuso de água na etapa de moagem



Bacias revestidas no descarte do rejeito não magnético permitem 97,5% de reuso de água na etapa de moagem



Mineração responde por apenas 0,8% d'água consumida no País

A dura trajetória para dominar o processo e reduzir custos

Aqui vale lembrar que a planta da VMSA é única no mundo por suas características e a equipe operacional teve um período de aprendizado desafiante.

Como mostra o trabalho da equipe operacional quando ocorreu uma falha prematura no revestimento refratário do forno rotativa. Esse desgaste do refratário provocou o aquecimento em pontos de maior fragilidade do revestimento, na região da chama do forno e na entrada do resfriador.

Para controlar a temperatura, reduziu-se a alimentação e tentava-se induzir a “colagem” naquela zona usando minério com sílica acima de 3%. A produção caía por causa desse gargalo na calcinação, e os estoques intermediários eram consumidos na tentativa de se estabilizar o forno.

Quando essas medidas não surtiram efeito, o forno era paralisado para se recuperar os pontos afetados. Ao retomar a produção, surgia novos pontos de aquecimento no forno – formando um ciclo – prejudicando a produção entre outubro 2017 e fevereiro 2018. Para solucionar essas falhas, formou-se um grupo multidisciplinar com integrantes de operação, manutenção e processos. Aplicando a Teoria de

Restrições, decidiu-se pela parada imediata do forno ao se identificar o 1º ponto quente, para se recuperar todo o anel da zona afetada conforme recomendação dos fabricantes do refratário. Para reduzir o impacto na produção, a equipe propôs três paradas.

Para neutralizar o impacto na produção nessas paradas, criou-se pulmões estratégicos nas etapas após o forno. Como o gargalo estratégico está na etapa de remoção de amônia, aumentou-se os estoques intermediários quando o forno operava a plena carga. Efetuadas as paradas, atingiu-se a maior média de produção diária em junho – 29,4 t/dia, além de recorde de produção no 3º trimestre de 2018 e a melhor marca do índice de desvio operacional (estabilidade).

Trabalho de equipe nos mesmos moldes conduziu os estudos para substituir o sulfato por carbonato de sódio na calcinação lixiviante, para produzir V2O5 em Maracás. Na calcinação, o concentrado de magnetita contendo vanádio e carbonato de sódio é alimentado ao forno rotativo, que está a 1.100° na carga, para transformar o metal em composto solúvel. É a partir do sódio que se obtém o vanadato, solúvel em água – que é a medida de recuperação do forno.

Até maio de 2018, eram empregadas duas fontes de sódio – carbonato de sódio e o sulfato de sódio, este sendo subproduto da planta de evaporação da solução estéril. O uso deste substituiu o primeiro, gerando economia, mas reduzia recuperação de vanádio na calcinação. Mesmo com consumo maior de carbonato de sódio, a operação sem o uso do sulfato, a partir de maio de 2018, proporcionou ganhos em recuperação que compensaram essa troca, além de preservar o refratário do forno ao manter a temperatura interna em 1.100° C na carga.

Melhoria contínua no DNA

A Vanádio produziu a sua primeira batelada de pentóxido de vanádio em flake em agosto de 2014. Desde então, tem apresentado expressiva evolução na taxa de produção mensal média passando de 206t/mês em 2014 para 819t/mês em 2018, o que representou aumento aproximado de 400% – crescimento este, em grande parte, pela recuperação global que passou de 18% para 77% nesse mesmo período.

O processo produtivo consiste basicamente em realizar concentração magnética após duas etapas de cominuição, extrair o vanádio contido no minério através de calcinação e lixiviação, remover os contaminantes, precipitar o vanádio e produzir os flakes de pentóxido de vanádio.

A principal estratégia no início da operação foi combinar o entendimento dos processos e a formação das pessoas, com a gestão orientada ao processo. Dessa forma, toda a equipe estava direcionada a entender e atuar nos gargalos do empreendimento, tanto do ponto de vista de produção quanto de qualidade.

Como exemplos podem ser listados a implantação de uma etapa de separação magnética a seco na britagem, o que melhorou a qualidade do minério alimentado na moagem, além de reduzir a necessidade de água e aumentar a capacidade de produção desse processo; a implantação de uma nova etapa de separação magnética a úmido na moagem permitiu a redução de contaminantes no concentrado, aumentando a taxa de alimentação no forno de calcinação e assegurando um salto de produção e recuperação nessa etapa do processo. Além disso, houve o repotenciamento dos principais equipamentos da lixiviação, o que garantiu maior confiabilidade na operação nessa planta e aumento sustentável da recuperação global. Além das grandes alterações de projeto, todas as áreas tiveram seu aumento de produção e recuperação pautados no aumento da estabilidade operacional, o que foi possível graças aos estudos de processo baseados em amostragens, tratamentos estatísticos e simulações, bem como o aumento da confiabilidade das plantas e equipamentos e o controle das operações.

Fonte: Revista Minérios

Autora: Jéssica Briz

Data: 02/12/2019



ANGLO AMERICAN REDUZ FAIXA DE META PARA MINÉRIO DE FERRO, CARVÃO E DIAMANTE

A Anglo American anunciou nesta terça-feira (10) uma redução na faixa de meta de produção de minério de ferro, carvão e diamante. Por meio de comunicado aos investidores, a empresa relatou uma revisão nas estimativas de diferentes produtos até 2021 ou 2022, como no caso do minério de ferro produzido na Kumba Iron Ore, na África do Sul.

Segundo a empresa, a faixa de meta de produção de diamantes para 2020 foi reduzida de 33 mil a 35 mil quilates para 32 mil a 34 mil quilates. A faixa de meta de produção de minério de ferro da Kumba Iron Ore caiu 43 milhões a 44 milhões de toneladas para 42 milhões a 43 milhões de toneladas. Neste caso, a estimativa atual a alteração também se aplicam a 2021 e 2022. No caso do carvão metalúrgico, a Anglo American reduziu a faixa de meta para 2020 para 21 milhões a 23 milhões de toneladas, das 22 milhões a 24 milhões de toneladas previstas anteriormente. A faixa de meta de produção de cobre da Anglo American para 2020 foi reduzida para 620 mil toneladas a 670 mil toneladas, com o limite superior da faixa anterior em 680 mil toneladas.

A estimativa de produção de platina foi mantida em 2,0 milhões a 2,2 milhões de onças para 2020, 2021 e 2022, enquanto a faixa de meta de paládio passou para 1,4 milhão de onças para 2020, limite superior da estiva anterior. Além disso, a companhia afirmou que os custos unitários de 2019 deverão cair 5% com a produção no ano a aumentar de 1% a 2%, impulsionada pelo minério de ferro Minas-Rio no Brasil e pela melhoria do carvão metalúrgico.

Apesar da redução da faixa de meta de alguns dos principais produtos nos próximos anos, a empresa afirma também no comunicado que "a produção de 2020 deverá aumentar em 3%, com a inflação de custos amplamente absorvida pela produtividade e melhorias de custos. E espera-se atingir a meta de US\$ 3 bilhões a 4 bilhões em Ebitda anual incremental entre 2017 e 2022".

O diretor-executivo da Anglo American, Mark Cutifani, afirmou que a companhia está "desenvolvendo a transformação completa da qualidade" de seu portfólio e desempenho nos últimos seis anos. "A Anglo American agora está entre as melhores em termos de nossa posição geral na curva de custos como resultado de mudanças operacionais fundamentais, a experiência técnica e de marketing de produtos que aplicamos e a atualização por atacado de nosso portfólio", disse ele.

"Continuaremos a atualizar nosso portfólio de ativos ao longo do tempo e vemos nosso progresso em todas as frentes, pois também disponibilizamos vários projetos de crescimento nos próximos três anos, proporcionando um crescimento de 20-25% na produção até 2023", acrescentou o executivo.

Cutifani concluiu: "Esperamos que nossa próxima etapa de mudança de desempenho venha de uma combinação de crescimento de volume de operações existentes e novas, como Quellaveco e a implantação de nossa abordagem FutureSmart Mining em tecnologia, digitalização e sustentabilidade. É essa abordagem que transformará como descobrimos, exploramos, processamos e comercializamos nossos produtos e como nossos stakeholders experimentam nossos negócios".

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 10/12/2019